

Plano Brady fez pouco pela redução da dívida

Nova Iorque — O Plano Brady não está resolvendo o problema da dívida da América Latina, que no ano de 1989 se viu obrigada a uma transferência líquida de 28 bilhões de dólares aos países ricos. A informação faz parte do "Estudo Econômico Mundial", relatório das Nações Unidas. Especialistas da ONU destacaram que a transferência líquida de recursos da América Latina para o exterior é a maior dos últimos quatro anos, com 6 bilhões a mais que em 1988, incidindo diretamente na contração da economia global da região.

O estudo econômico da ONU assinala que em 1989 os países industrializados continuaram sua prolongada expansão, com um crescimento de 3,5 por cento ao ano, enquanto os países em desenvolvimento experimentaram em seu conjunto uma pronunciada desaceleração em

seus resultados. Nesse panorama, a situação da América Latina e do Caribe é particularmente negativa, pois em 1989 registrou um magro 0,7 por cento de aumento e a produção **per capita** declinou pelo segundo ano consecutivo.

Para este ano, os economistas prevêem uma queda do Produto Interno Bruto da ordem de 1,0 por cento principalmente devido a uma diminuição na produção do Brasil, a maior economia da região. As expectativas são melhores para 1991, quando a ONU espera uma significativa reativação, com um crescimento da ordem de 4,0 por cento. O Estudo Econômico Mundial é particularmente crítico em relação aos resultados do plano do secretário norte-americano do Tesouro, Nicholas Brady, pois estima que até agora ele não conseguiu mitigar suficientemente o problema de transfe-

Externa
rência de recursos financeiros dos países devedores.

A redução da dívida mexicana foi modesta para melhorar a relação da dívida ao Produto Nacional Bruto do país, e não devolveu ao México sua solvência, enquanto o acordo da Costa Rica não incluiu nenhuma opção a novos recursos, destaca o informe. Em consequência, os analistas econômicos da ONU sugerem a necessidade de um novo acordo intergovernamental de alto nível, que manifeste claramente os interesses mútuos de credores e devedores em restaurar a capacidade de serviço da dívida.

O novo acordo deveria aceitar a necessidade de adiar a regularização das obrigações até que se tenham registrado progressos no ajuste, pois as alternativas são o calote dos pagamentos ou a agitação política, concluiu o informe da ONU.